

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: diário do Nordeste Class.: tapeba 64

Data: 15/08/92 Pg.: _____

Índios tapebas denunciam PMs pela derrubada de 50 casebres

Alguns índios Tapeba - da Comunidade Vila Nova, que fica próxima à Técnica Brasileira de Alimentação LTDA (TBA), perto do Posto Canindé, na BR-020, quilômetro 1 - juntamente com o advogado da Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Fortaleza, Aécio Aguiar da Ponte, denunciaram a derrubada de 50 casebres, por policiais sem fardamento, na quinta-feira pela manhã. Francisco Eivaldo Sousa do Nascimento conta que ao tentar reagir, foi agredido e levado para o 18º Distrito Policial.

De acordo com Aécio Aguiar, a TBA entrou, há poucos dias, com uma nova ação contra 200 famílias. "Essa atitude é arbitrária e injustificada porque, embora, a

empresa tenha entrado na Justiça, a maioria dessas famílias está vivendo legalmente nas terras", afirma. Segundo o advogado, as terras dos índios já foram identificadas e delimitadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). "No entanto, são áreas de Marinha, muitas delas de preservação permanente por causa do manguezal e isso desperta a cobiça dos especuladores", observa.

A questão entre os índios e a TBA já dura mais de seis anos, de acordo com Aécio Aguiar. "O valor dessa terras é muito alto. Mas a empresa não tem documentação de tudo", diz. Os índios denunciam ainda a tentativa de compra de membros da comunidade, através de propostas de emprego e moradia por parte da empresa.

De acordo com os índios, essa não foi a primeira tentativa violenta de tirá-los das terras. Eles denunciam uma tentativa em fevereiro, contra a comunidade Volta do Silva e outra no dia cinco de agosto, contra os moradores da Rua Andira, pelo policial Isac, da Delegacia de Caucaia, acompanhado de funcionários da TBA.

Após as duas primeiras tentativas, os índios encaminharam um abaixo-assinado à Secretaria de Segurança Pública, requerendo medidas urgentes para coibir os atos ilegais, retirando o policial da área, para que o abuso de autoridade não fosse mais exercido e que todas as iniciativas legais da Secretaria fossem tomadas contra o mencionado policial.